

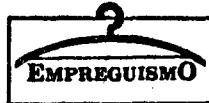
# Requisição de funcionários é outro pecado do Legislativo

**BRASÍ-LIA** — Nos quatro anos em que presidiu a Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães autorizou 1.098 requisições de funcionários dos mais diversos órgãos do governo federal, estadual e municipal. Na verdade, ele não assinou nenhuma requisição, mas atendeu à indicação de quase todos os partidos. A maioria dos requisitados vem do governo de São Paulo.

As requisições são prática antiga no Legislativo e, às vezes, o presidente do Senado ou da Câmara assinam o ofício sem apontar o nome do responsável pela indicação. É o caso de Flávia Marcilio, filha do ex-presidente da Câmara Flávio Marcilio (PDS-CE), requisitada do Ministério dos Transportes para a secretaria-geral da Mesa, mas que não dá expediente no Congresso.

**Exemplo** — Outras centenas de funcionários compartilham com Flávia a condição de *fantasmas* do Congresso. A exemplo do patrão Felipe Cheidde (PMDB-SP), *gazeteiro* contumaz durante a Constituinte, pelo menos dois dos quatro funcionários requisitados para seu gabinete, diretamente da Prefeitura de São Bernardo do Campo, não vêm a Brasília. No gabinete do deputado, informam que os requisitados dão expediente no escritório paulista. Igual é a situação de Aluisio Rodrigues Coelho. Requisitado pelo deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), ele trabalha no escritório político do parlamentar em Belo Horizonte.

O presidente nacional do PT, deputado Luis Gushiken (SP), se vale do mesmo



expediente. Clodoaldo Pereira Jurado foi levado do Banespa para seu escritório em São Paulo. Enquanto isso, o ex-deputado Olívio Dutra, eleito prefeito de Porto Alegre, deixou em Brasília Luís Soares Filho, que tirara do extinto Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento. No momento, Luís está lotado na suplência da Mesa.

Na dança das requisições, vale até a troca de figurinhas entre administração e parlamentares, Câmara e Senado. Assim, Antônia Galvão, requisitada por Ulysses a pedido do diretor-geral da Câmara, Adelmar Sabino, acabou no gabinete da presidência, agora ocupado por Paes de Andrade (PMDB-CE). Também na base da camaradagem, o inspetor de segurança legislativo Raimundo Borges Guimarães, da Câmara, foi requisitado para o Senado a 25 de novembro de 1970 e enviado, pela secretaria de administração da Casa, para o gabinete do primeiro secretário. Mas, pelo menos nos últimos dois anos, ninguém viu Raimundo na primeira secretaria.

**Solução** — Entre os deputados que mais indicaram funcionários para serem requisitados estão o líder do PFL, deputado José Lourenço; o atual prefeito de Teresina, Heráclito Fortes; e o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro. Aqui, dois casos intrigantes. Arcelina Helena Públia Dias, chamada por indicação de Ibsen para a coordenação parlamentar, trabalha no Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); Lourenço requisitou Antônia Lubisco Ribeiro do governo do Distrito Federal, lotando-a no gabinete da liderança, mas os funcionários de lá não a conhecem.

Alfreu Ribeiro Meirelles, do Inamps

do Rio de Janeiro, foi levado para a liderança do PDT na Câmara pelo líder Brandão Monteiro (RJ). Ao término do mandato de Brandão à frente da bancada, ele foi salvo por uma solução caseira. Transferiu-se para o gabinete do deputado Carlos Alberto Cão, também do PDT e do Rio de Janeiro.

Aos deputados Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e Fernando Sant'Anna (PCB-BA), devem-se os raros exemplos de pessoas requisitadas para Brasília, que efetivamente trabalham nos gabinetes parlamentares. Enquanto Dino Celso Garcia de Oliveira pode ser encontrado durante o expediente no gabinete de Afif, Ednora Riquieri trabalha na liderança do PCB na Câmara.

**Viajando** — Há ainda os casos de servidores que já percorreram o Brasil às custas da Câmara. Entre eles está Zorando Moreira de Oliveira, técnico legislativo com 15 anos de serviço em 1977, quando o requisitou o governo do Estado do Espírito Santo. De 79 a 83, Zorando foi cedido ao governo do Pará com ônus para a Câmara. Em novembro de 1983, foi transferido para a Assembleia Legislativa de Rondônia, onde permaneceu com o aval da Mesa, também recebendo pela Câmara dos Deputados.

Para conseguir ser requisitado pela Câmara ou pelo Senado, o interessado precisa de um bom pistolão junto aos presidentes das duas Casas. Afinal, são eles que requisitam funcionários, pessoalmente. As mesas diretoras competem dar o *ad referendum* às requisições, o que pelo menos na Câmara é mera formalidade. Em 88, a Mesa da Câmara não se reuniu, e nem por isso Ulysses deixou de assinar 337 requisições.